



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 1075 /2.007-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 17001849/2007 – 12.722, **RESOLVE:**

Art. 1º - Outorgar a **CODORA ÁLCOOL E ENERGIA LTDA.**, com sede à Rodovia GO-338, Km 39, s/nº, na Fazenda Lavrinha de São Sebastião, Zona Rural, no município de **Goianésia**, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ nº **07.966.116/0001-29**, por **12 (doze)** anos o uso das águas do **Córrego Juca**, no trecho localizado na **Fazenda Lavrinha de São Sebastião**, município de **Goianésia**, Estado de Goiás, **para acumulação de água em uma barragem.**

Parágrafo Único – Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão, deverão ser executadas no prazo de **01(um) ano**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH.**

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo **ENGENHEIRO CIVIL CRISTIANO CÔRTEZ CARVALHO, CREA-GO Nº 9143/D**, e o Levantamento Topográfico realizado pelo **ENGENHEIRO CIVIL CRISTIANO CÔRTEZ CARVALHO, CREA-GO Nº 9143/D** e pelo **ENGENHEIRO AGRÔNOMO ROGÉRIO AUGUSTO BREMM SOARES, CREA-GO Nº 9152/D**, os quais tornam-se **Responsáveis Técnicos** perante o Governo do Estado de Goiás, conforme Anotações de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1.986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. A barragem possui um volume acumulado útil mínimo de **260.099,052 m³ (duzentos e sessenta mil e noventa e nove vírgula zero cinqüenta e dois metros cúbicos)**, e tem por finalidade atender à demanda de uma captação para irrigação (P. 12.339), além de manter regularizada a vazão à jusante, **através de tubulação de descarga de fundo**, do **Córrego Juca**;
- V. Verificar, junto aos Órgãos competentes, a necessidade de requerer o **Licenciamento Ambiental.**


Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CUM PRA - S E.

Goiânia, aos _____ dias do mês *novembro* de 2.007.


JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO
Secretário


HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente de Recursos Hídricos